

**ESTRANGEIROS NUMA VILA LITORAL. A INTERVENÇÃO DA
MISERICÓRDIA DE VIANA DA FOZ DO LIMA NO APOIO A
POBRES DE PASSAGEM (SÉCULOS XVI-XVIII)**

António Magalhães

Universidade do Minho / CITCEM – Centro Transdisciplinar Cultura,
Espaço e Memória
amsr@sapo.pt

Resumo

A particular situação geográfica de Viana da Foz do Lima e a forte participação no comércio colonial desde o início da expansão portuguesa, potenciaram a presença de uma população flutuante que, por vezes, colocava problemas acrescidos à ação caritativa da Misericórdia.

A localidade era igualmente um dos pontos de passagem das peregrinações a Santiago de Compostela, sobretudo as que eram provenientes do sul do país e da bacia mediterrânica, pelo que muitos dos assistidos eram identificados como peregrinos.

Pretende-se determinar a intervenção da Misericórdia vianense no apoio aos pobres de passagem, tanto nacionais como estrangeiros, num período alargado de tempo, marcado pelo apogeu da participação na expansão marítima de Portugal, seguida de tempos de alguma contração na atividade económica da localidade.

A particular situação geográfica de Viana da Foz do Lima¹ e a forte participação no comércio colonial², desde o início da expansão marítima portuguesa, potenciaram a presença de uma população flutuante que, frequentemente, colocava problemas acrescidos à ação caritativa da Misericórdia local³.

Grande parte desta gente que arribava até às margens do rio Lima vinha em busca de melhores condições de vida, procurando beneficiar das oportunidades que se abriam pela emigração para o além-mar, ou pelo dinamismo observado na economia vianense em períodos mais ou menos longos dos três séculos em observação⁴. A par destes grupos que eram animados pela participação nos negócios coloniais, encontramos igualmente homens e mulheres que identificavam condições ideais para a prática de uma mendicidade ativa ou de atividades ilícitas, compreensíveis neste quadro de alguma efervescência social.

¹ Este era o topónimo da localidade entre 1258, ano da outorga do foral de D. Afonso III, e 1848, quando se verificou a elevação a cidade, no reinado de D. Maria II. Desde então passou a ser identificada por Viana do Castelo.

² Entre 1583 e 1584, a maioria das gentes de Pernambuco provinha de Viana (GODINHO 1978:9). Escrevendo em 1619, Frei Luís de Sousa considerava Viana «terra cheia de gente rica e muito nobre, de grande trato e comércio» (SOUSA 1984: 117).

³ A situação geográfica exercia enorme influência relativamente aos destinatários da caridade. Veja-se o caso de uma Misericórdia insular, concretamente a de Vila Franca do Campo, na ilha de S. Miguel, Açores, em que os pobres da localidade eram praticamente os únicos a beneficiar do apoio da confraria. (MEDEIROS 2003: 410).

⁴ Em 1615, a Misericórdia apresentou uma petição ao arcebispo de Braga para que fosse autorizada a manter um sacrário com o Santíssimo Sacramento. Nos termos da petição, argumentava-se que a localidade era muito concorrida por comerciantes classificados como «hereges». Cf. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, doravante ASCMVC, *Bullario*, fl. 406.

A localidade era igualmente um dos pontos de passagem das peregrinações a Santiago de Compostela, desde a Idade Média, fosse pela via terrestre, fosse para as que vindo de barco aí atracavam e depois continuavam por terra, particularmente as que eram provenientes do sul do país e da bacia mediterrânica, (MORENO 1986: 78-79) pelo que muitos dos assistidos eram identificados como peregrinos⁵. Porém, muitas vezes, o fervor religioso caminhava lado a lado com uma existência mais ou menos errante, potenciando fenómenos de indigência⁶.

É dentro deste quadro caracterizado por uma forte atividade económica, ainda que, em períodos muito concretos, também conviviam com sinais de estagnação e mesmo de crise evidente, que vamos identificar algumas das marcas mais impressivas da intervenção da Santa Casa no apoio aos que eram estranhos à localidade, sobretudo dos que ficaram à margem do sucesso.

Trata-se de uma população plurifacetada, onde se identifica o viajante atacado pela enfermidade, o naufrago de um qualquer navio, mas também membros de grupos habitualmente ostracizados, ou ainda aqueles que, de uma forma mais ou menos voluntária, faziam da errância e da mendicidade um modelo de vida.

Como vimos, a situação geográfica de Viana potenciava a presença de uma significativa população flutuante, não só por servir de elo de ligação entre o sul do território, o noroeste peninsular e algumas cidades marítimas do centro e norte da Europa⁷, mas também em resultado das privilegiadas ligações com o ultramar.

A vila exercia uma forte atração sobre conjuntos diversificados de homens e mulheres que procuravam integrar o movimento expansionista da localidade. Não obstante esse potencial de acolhimento, muitos eram os que não conseguiam alcançar sucesso, passando a engrossar o número dos que, sem perspetivas de uma vida melhor, desaguavam num grupo crescente dos que dependiam da caridade para garantirem uma vida no limiar da sobrevivência.

⁵ Nas cortes de Lisboa de 1459, os procuradores da vila diziam que aí havia um hospital que gozava de bula papal e acolhia os peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostela (MORENO 1986: 79).

⁶ O que obrigava a própria Igreja a tomar precauções relativamente a estes peregrinos. No IV concílio da arquidiocese de Braga, o capítulo 39 legislava sobre a prudência a observar com o casamento de vagabundos, tomando-se todos os cuidados com potenciais embustes e fraudes dos que não tinham morada certa e se diziam peregrinos (CARDOSO 1994: 191).

⁷ Entre outras rotas, destaque-se a presença, desde o século XVI, de um significativo intercâmbio comercial por via marítima entre Viana e o porto francês de La Rochele, no golfo da Biscaia (SERRÃO 1982: 76).

A importância das relações comerciais com a França pode medir-se pelas disposições de um alvará de 18 de dezembro de 1653, reconhecendo aos mercadores de Viana o direito a disporem de alealdamentos para esse país, a exemplo dos que havia para outros locais do norte da Europa (SILVA 1856: 294).

No início do século XVI, Viana da Foz do Lima era composta por vinte freguesias, todas na margem direita do Lima (REIS 1994: 13). Porém, a vila experimentava um rápido desenvolvimento, acompanhando o crescente dinamismo das trocas comerciais. De acordo com os censos de 1527, teria entre quatro mil e setecentos, a quatro mil e oitocentos habitantes. Em meados do século XVII, esse número elevava-se às duas dezenas de milhar (OLIVEIRA 1979: 21-22), configurando uma paisagem muito diferente do pequeno núcleo populacional que merecera o favor régio do foral de 1258. Crescera a sua frente urbana e embelezara-se com novos edifícios, sinais exteriores da presença de moradores dotados de forte poderio económico. A arquitetura urbana marcava um dos traços característicos da identidade vianense, assinalando-se a presença de edifícios que incorporavam na realidade local os estilos mais em voga, levando a que especialistas falem na presença de um «microclima arquitetónico» (CALDAS, GOMES 1990: 11).

Todavia, nem sempre a localidade conseguiu manter essa pujança económica. À entrada no último quartel do século XVII evidenciam-se indicadores que denunciavam aperto económico⁸. Algumas das mais representativas instituições experimentavam dificuldades na manutenção da sua atividade normal. A Santa Casa viu-se obrigada a proceder a algum desinvestimento nas práticas de caridade. Em 1716, discutindo-se a possibilidade de serem lançadas iniciativas destinadas à construção de uma nova igreja, a Mesa lembrava a necessidade de não se correr o risco de alguma secundarização da atividade caritativa, tanto mais que os tempos eram de algumas dificuldades, referindo-se «a pobreza grande de muito povo que tem esta villa»⁹.

Dificuldades que se evidenciavam igualmente noutras instituições locais. Na Confraria dos Mareantes o tempo era igualmente de acentuado declínio. Aquela que fora a mais séria concorrente da Misericórdia, encontrava-se então a viver tempos de forte contração. Em final de agosto de 1688, o Juiz de Fora, chamado a intervir no conflito entre as duas confrarias¹⁰, reconhece que os mareantes, além de verem reduzido o seu número, perderam igualmente a proeminência económica. Nos termos desse documento, aponta-se como razão fundamental o «faltar nesta villa a navegasam»¹¹, sendo apresentada como expressão da decadência, a perda de mais de setenta navios, estando a frota vianense drasticamente reduzida a «somente dous patachos»¹², como destacava o funcionário régio.

⁸ Sobre a crise económica e social que afetou a vila a partir do final da década de trinta do século XVII, leia-se (OLIVEIRA 1979).

⁹ Cf. ASCMVC, *Índice dos Acordans dos livros desta Caza da Sta Miz. da Villa de Vianna des de o anno 1559 thé presente anno de 1743*, fl. 296v.

¹⁰ Sobre a importância deste conflito, leia-se (MAGALHÃES 2007: 359-375).

¹¹ Cf. ASCMVC, *Mareantes, pasta 7, maço 104*, fl. 3.

¹² Cf. ASCMVC, *Mareantes, pasta 7, maço 104*, fl. 3.

Contudo, a particular localização de Viana da Foz do Lima, enquanto centro de acolhimento ou “interface” por onde se articulavam as diferentes rotas de peregrinos e outros viajantes, não seria apenas particularmente notada durante os tempos áureos da expansão marítima portuguesa. Em meados do século XVIII, num tempo em que a localidade não exibia já o fulgor do passado, ainda mantinha essa apreciável capacidade de atrair os mais diversos tipos de gente.

Numa reunião de Mesa, no início de maio de 1751, entre as várias deliberações tomadas, era reforçada a necessidade de se conferir às celebrações religiosas a atenção devida, determinando-se a realização de uma missa ao meio dia, tendo sobretudo em consideração uma população flutuante a merecer a disponibilização de serviços religiosos adequados. Nos termos dessa deliberação, era devidamente realçada a presença dessa população estrangeira à localidade referindo-se que «esta villa he de grande concurso e passagem de muita gente para varias partes»¹³.

Tal como sucedeu com muitas outras deliberações, também se poderia estar perante uma preocupação meramente circunstancial e de reduzida permanência. Contudo, na vigência da Mesa seguinte, uma das suas primeiras deliberações, a 13 de agosto, consistiu precisamente na ratificação do despacho precedente, acrescentando-lhe ainda maior força decisória, ao ser determinado um aumento da retribuição devida ao celebrante dominical¹⁴.

Ainda que não detendo o exclusivo das práticas caritativas, a Misericórdia era um dos mais destacados pontos de apoio dessa população desenraizada. A Santa Casa seria certamente uma das primeiras entidades a que recorriam homens e mulheres sem qualquer ponto de apoio, estranhos na localidade. Alimentava-os, procurava garantir algum apoio medicamentoso e, por vezes, estendia esse auxílio para além do internamento, providenciando esmolas em dinheiro ou em roupa e calçado¹⁵. Sempre que respondia afirmativamente às solicitações, a confraria cumpria algumas das obras de caridade corporais que orientavam o seu projeto caritativo¹⁶.

¹³ Cf. ASCMVC, *Livro dos acordos desta Santa Casa da misericórdia da villa de Vianna em o qual se excrevem todos assentos pertencentes he o bom governo desta Santa Casa que principia a servir no primeiro mês de Junho de 1720*, fl. 202v.

¹⁴ Nos termos dessa deliberação, a remuneração dessa missa era fixada em cento e cinquenta réis. Cf. ASCMVC, *Livro dos acordos desta Santa Casa da misericórdia da villa de Vianna...*, fl. 271v.

¹⁵ Na segunda metade do século XVIII, a Misericórdia de Coimbra gastava um valor médio situado entre os quarenta e cinco e os cinquenta e dois mil réis com os doentes viajantes (LOPES 2000: 84).

¹⁶ Com a assistência aos pobres doentes a Misericórdia cobria um significativo arco das Obras de Misericórdia. Efetivamente, nesta prática caritativa curava os enfermos, cobria os nus, dava de comer aos famintos, de beber aos que tinham sede, dava pousada aos peregrinos e pobres e, finalmente, enterrava os mortos (CORREIA 1929: 11).

Procurava amparar gente que muitas vezes chegava já extremamente debilitada, potenciando o risco de doenças muitas vezes fatais, alimentando uma relação biunívoca entre a pobreza extrema e a doença. A entrada de muitos desses doentes no hospital da confraria representava, frequentemente, uma possibilidade de cura, não tanto pela adoção de qualquer tratamento medicinal, antes a derradeira possibilidade de obterem alimentação e assim fornecerem alguma energia a corpos exaustos.

Muitos deles deixaram reduzidas marcas na memória da instituição, geralmente agrupados sob uma designação genérica que remetia para um estatuto de estranhos à localidade, sobretudo no século XVI, quando as preocupações por registos fiáveis e claros eram pouco relevantes. A este constrangimento acrescem outras razões que impedem um conhecimento mais aproximado destes pobres que demandavam a localidade. Refiram-se, por exemplo, as esmolas suportadas por irmãos mais devotos que libertavam a Misericórdia dessa despesa, sobretudo em tempos de maior pressão sobre as finanças da confraria. Esse foi o caso verificado na Mesa de 1716, numa ocasião de forte investimento nas obras da igreja, declarando-se que «não houve despesa pera com as cartas de guia este anno por haver devotos que proverão os perigrinos, por atenderem aos estado da Santa Casa e lhe ser necessario para ajuda da sua obra»¹⁷. É igualmente frequente a presença de assentos referentes a auxílios concedidos pelo provedor a pobres genericamente classificados como caminhantes ou peregrinos¹⁸, por vezes complementados com a eleição de uma marca física que os individualizava¹⁹. Alguns, raros, beneficiaram de alguma atenção suplementar e ganharam direito ao nome na memória escrita da confraria²⁰.

Os registos referentes à prestação de cuidados de saúde, bem como as listas dos funerais realizados sob a sua bandeira, apesar da reduzida informação, fornecem preciosas indicações relativamente a muitos desses homens, mulheres e crianças que demandavam a localidade.

Uma parte significativa desses dados é esclarecedor sobre um circuito que repetidas vezes conduzia do hospital ao cemitério. Frequentemente, o apoio hospitalar adiava apenas o desenlace final de vidas a quem a doença havia já consumido e que poucas vantagens

¹⁷ Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1716*, fl. 154.

¹⁸ Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1565*, fl. 18.

¹⁹ Em 1591, morreu no hospital da Santa Casa um homem que se dizia natural de Monção e que era referenciado como sendo “o corcovado”. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1591*, fl. 90.

²⁰ Entre muitos outros casos que poderíamos citar, recordem-se Catarina, natural de Vila Nova de Cerveira, e Ana Pires, uma pobre do termo de Barcelos. Morreram ambas no hospital em 1586, sendo enterradas pela Santa Casa. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1586*, fl. 69.

iriam obter na passagem pelas enfermarias. Muitos desses homens e mulheres afirmam-se naturais e residentes em concelhos vizinhos, mas que, embora não muito afastados da terra de origem, já não tinham força e vontade para o regresso²¹. A passagem pelo hospital era apenas um interregno no caminho que os levava da vida para a morte.

A intervenção da Santa Casa no universo funerário assumiu, desde os momentos fundacionais, uma forte centralidade nas suas práticas de caridade, operando na vila em regime de quase monopólio. Tratava-se de um estatuto que decorria dos privilégios concedidos a estas confrarias espalhadas pelos territórios da Coroa portuguesa²².

A memória escrita da instituição conserva registos valiosos sobre esta valência caritativa. Interessa-nos, fundamentalmente, analisar os enterros efetuados no chamado leito dos pobres, ou seja, homens, mulheres e crianças colocados na base da pirâmide social. Incapazes de pagarem o serviço que lhes era disponibilizado, eram enterrados ao abrigo do programa caritativo da Santa Casa, na linha do que se preceituava nos textos regulamentares. O Compromisso de 1618 lembrava que «o enterramento dos mortos he uma das principaes obras de Misericórdia que pertencem a esta Casa»²³.

Porém, a ação caritativa estendia-se igualmente a pobres chegados de vários pontos do reino²⁴. Na verdade, os registos existentes para os séculos XVI e XVII documentam a intervenção da confraria no apoio a doentes carenciados, provenientes não só das localidades vizinhas, mas também de pontos mais afastados do reino²⁵.

Uma deliberação da Mesa de 1576 transmite uma imagem das dificuldades sentidas pela instituição sempre que se verificava um desequilíbrio resultante da pressão exercida por um quantitativo anormal dos que buscavam apoio. Embora devamos ter na devida conta a presença de um discurso que procurava sustentar algumas decisões potencialmente geradoras de contestação interna, como era nesse caso em concreto a alienação de bens

²¹ Em 1590, foi enterrada uma velha pobre, natural de Vila Fria, concelho de Barcelos. Estava internada no hospital, tendo aí falecido. Também um moço que dizia ser natural de Braga era assistido no hospital sem qualquer outro elemento de identificação. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1590*, fl. 53v.

²² Em 1593, foi concedido às Misericórdias o monopólio legal sobre os enterros, proibindo as demais confrarias da mesma pompa. (SÁ 2001: 41)

²³ Cf. *COMPROMISSO da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1619. p. 48.

²⁴ Em 1627, a Misericórdia procedeu ao funeral de João Gomes, de Setúbal, falecido no hospital. Embora não exista registo de qualquer pagamento, foi levado ao cemitério no leito remunerado, o que poderá significar que dispunha de algum património. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1627*, fl. 178v.

²⁵ Muitos hospitais da época mantinham ainda uma forte componente medieva da atividade assistencial, num conceito misto de albergaria e hospital, providenciando apoio a pobres que erravam por diferentes localidades. Na diocese de Granada havia um grupo de pequenos hospitais que praticamente só prestavam assistência a esse tipo de viajantes, sendo conhecidos pelos “hospitais de trânsito” (LÓPEZ 2004: 78).

recebidos em legado, são destacados os tempos difíceis que se viviam em toda a região, assinalando-se uma anormal afluência de pobres solicitando o apoio da Misericórdia. Nos termos desse acórdão, aumentava o número dos que recorriam ao apoio da instituição, provocando despesas acrescidas, «por causa dos grandes trabalhos de homes doentes e pobres desta villa e termo e de toda a comarca damtre douro e minho»²⁶.

Igualmente relevante para alimentar estes grupos de caminhanes é o papel desempenhado pelo fervor religioso. Nesta vertente, as peregrinações a Santiago de Compostela, ainda que não desencadeassem então o mesmo entusiasmo verificado durante a Idade Média, representavam ainda uma das mais expressivas manifestações da piedade popular. Viana da Foz do Lima assumia uma significativa importância como um dos pontos de passagem e convergência dos diferentes caminhos que se dirigiam até à Galiza em romagem ao túmulo do apóstolo S. Tiago.

As rotas provenientes do sul de Portugal e da bacia mediterrânica, integravam Viana como um dos pontos de apoio, fornecendo acrescidas razões para a presença de significativas levas de estranhos. Encontrámos vários exemplos de assistidos identificados como peregrinos e que, caídos na indigência, recebiam da Santa Casa algum socorro na adversidade²⁷. É extensa a lista das terras de origem de homens e mulheres que, desenraizados, procuravam esse apoio²⁸.

Uma das marcas da atividade caritativa da Santa Casa é conferida pelo auxílio disponibilizado a náufragos, não só nacionais, mas também estrangeiros. O mês de janeiro de 1546 revelou-se particularmente nefasto, registando-se o funeral de vários ocupantes de naus que naufragaram nas costas vianenses²⁹.

²⁶ Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1576*, fl. 89.

²⁷ Em janeiro de 1584, o hospital da Misericórdia acolheu Francisco Sequeira, um mancebo que declarou ser natural de Alenquer, em regresso de uma peregrinação a Santiago de Compostela. Foi registado como estando «muito doente e comydo com buraquos de boubas». Apesar de ter sido socorrido e alimentado, acabou por não resistir. A confraria organizou-lhe o funeral. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1584*, fl. 10.

Em 1614, Joana Valrosa, uma peregrina francesa, também não regressou à terra de origem. Tendo adoecido, acabou por morrer, responsabilizando-se a Misericórdia pelo seu funeral. *Livro de Receita e Despesa 1614*, fl. 212.

²⁸ Algumas delas de povoações bem próximas, mas recorrendo à caridade local. Veja-se o caso de um pobre de Caminha que recebeu um par de meias e uns sapatos quando recebeu alta do hospital. O escrivão foi rigoroso no registo e anotou que foram gastos trezentos e sessenta réis. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1606*, fl. 40v.

A um moço de Lisboa registou-se que lhe foi dado pano para dois calções. *Livro de Receita e Despesa 1607*, fl. 91.

²⁹ Nesse mês foram enterradas duas escravas mortas no naufrágio de uma nau proveniente de S. Tomé e Príncipe. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1545*, fl. 45v.

Também foram enterrados dois homens náufragos de uma nau da Azurara. Um que era apontado como tendo cerca de cinquenta e cinco anos e outro mais jovem, referido como sendo um mancebo de dezasseis ou dezassete anos. *Livro de Receita e Despesa 1545*, fl. 45v.

Localidade marítima, Viana da Foz do Lima sofreu em repetidas ocasiões as marcas de ataques de corsários³⁰. Em tempos diversos, a Misericórdia interveio no apoio a prisioneiros resultantes dessas escaramuças, fosse por decorrer da sua habitual prática caritativa³¹, fosse em resposta a solicitações da Coroa, no quadro das relações privilegiadas que mantinha com a instituição régia. Nos anos de 1571 e 1572 encontrámos identificadas várias despesas relativas ao sustento de dez franceses que se encontravam aprisionados na cadeia da vila, contribuindo o tesouro régio com uma subvenção de dez mil réis anuais³².

A assistência na doença constituiu-se desde muito cedo como uma das marcas estruturantes da atividade caritativa da confraria. Porém, esse apoio não se circunscrevia aos naturais da vila ou do reino. As listas de esmolas e de funerais têm referências a pobres de variadas nacionalidades a quem prestava auxílio na doença, ou no providenciar de exéquias revestidas de alguma dignidade. Embora a ação caritativa da instituição se dirigisse prioritariamente aos pobres da terra, não encontrámos qualquer indício que nos permita supor a presença de tratamento desigual relativamente aos estrangeiros³³. Aliás, eles são uma presença muito forte em todos os registos da Santa Casa, o que não é de estranhar face à distintiva componente comercial da localidade e, como já se referiu, à forte ligação ao comércio ultramarino.

Encontrámos, principalmente, homens e mulheres identificados como naturais da Galiza³⁴. A proximidade e as seculares relações bilaterais de comércio favoreciam a presença de gente proveniente dessa região, sendo vulgar a sua identificação nas listas dos assistidos³⁵. A população de galegos que beneficiaram de alguma forma de auxílio, embora

³⁰ Em 15 de outubro de 1654, corsários mouros apresaram cinco lanchas de pescadores de Viana. Em Abril e Maio de 1754, aprisionaram mais dezassete (PEDROSA 1992: 58).

³¹ Em dezembro de 1612, foi dada uma esmola de quatrocentos e vinte réis a «hus homes tomados de hus navios». Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1612*, fl. 107.

³² Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1570*, fls. 116-118; *Livro de Receita e Despesa 1572*, fl. 5.

³³ Veja-se o caso registado em maio de 1609, com a realização do funeral de um pobre estrangeiro cigano que falecera no hospital da confraria. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1608*, fl. 108.

Igual procedimento havia noutros estabelecimentos hospitalares. O regimento do hospital de Todos os Santos tinha regras que obrigavam a tratar dignamente os escravos (MENDONÇA 1996: 53).

³⁴ O mesmo fenómeno de atendimento a estrangeiros se observava com o hospital da Misericórdia de Setúbal. Entre 1781 e 1836, admitiu duzentos e cinquenta e sete estrangeiros, esmagadoramente originários de Espanha (ABREU 1999: 413).

³⁵ Havia mesmo uma espécie de relações bilaterais de assistência, já que os doentes de Viana que se encontravam em Compostela, também eram assistidos localmente. Entre 1724 e 1737, o hospital del Espíritu Santo y la Magdalena assistiu doze peregrinos de Viana (ROCHA 1993: 34).

fosse maioritariamente constituída por homens³⁶, sendo alguns ainda jovens³⁷, também registou a presença de algumas mulheres³⁸.

Ainda que detendo menor representatividade, os naturais de outras regiões de Espanha também beneficiaram da ação caritativa da Santa Casa. Da maior parte não sabemos o nome, restando-nos apenas a nota da sua região de origem. Gente a quem a vida nada deu e que na hora da morte perderam o seu único bem: o direito a serem lembrados pelo nome. Fica-nos a curiosidade de saber um pouco mais destes homens, mulheres e crianças que vieram morrer longe da terra de origem. Em Viana da Foz do Lima muitos foram estrangeiros na vida e anónimos na morte³⁹.

A presença de militares espanhóis aparece significativamente representada durante o período da união ibérica⁴⁰, havendo notícias referindo a celebração de acordos de assistência na doença entre o comandante da guarnição castelhana e a Misericórdia. Em 1611 era recebida uma importância pouco superior a nove mil réis, sob a justificação de que se tratava de um pagamento «dos qastillanos que se curaram no espital»⁴¹. Não conseguimos identificar a possível existência de um qualquer acordo formal entre as partes, embora a menção de que o pagamento fora realizado pelo «contador da milisia»⁴², possa indiciar uma prática com alguma recorrência. Porém, em julho de 1635, o tratamento dos efetivos militares castelhanos e respetivas famílias era regulamentado por um acordo estabelecido entre a Mesa da Santa Casa e o comandante da guarnição, o capitão Bernardino Pollanquo de Santilhana⁴³, determinando-se, nomeadamente, que lhes seria disponibilizado o mesmo tratamento com «que se corão os pobres desta Santa Casa»⁴⁴.

³⁶ Álvaro Pires era um galego a quem a Misericórdia dava de comer e assistia no hospital. Na morte, foi a confraria que se responsabilizou pelo funeral Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1584*, fl. 9.

³⁷ Em 1583 a Misericórdia enterrou um galego que falecera no hospital, registando apenas que era “moço”. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1583*, fl. 70.

³⁸ Ana Teixeira, natural de Tui, morreu no hospital da confraria. Provavelmente não dispunha de qualquer tipo de recursos nem de apoio familiar, dado que foi levada ao cemitério no leito dos pobres. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1594*, fl. 34v.

³⁹ Como era o caso do registo de um pobre que morreu no hospital e do qual apenas se soube que «hera do reino de valença». Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1590*, fl. 53. Havia-os também de outras proveniências, como Toledo ou Catalunha. *Livro de Receita e Despesa 1572*, fl. 75; *Livro de Receita e Despesa 1583*, fl. 70v.

⁴⁰ Alguns mantiveram uma ligação forte à Santa Casa, como foi o caso de Bartolomeu Ordoñez, alferes reformado, que legou à Misericórdia todas as verbas que o rei lhe devesse pelos serviços que havia prestado. Cf. ASCMVC, *Livro de Testamentos (1540-1824)*, fl. 98.

⁴¹ Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1610*, fl. 7.

⁴² Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1610*, fl. 7.

⁴³ Este governador comandava a guarnição local em 1640, tendo-se rendido às tropas revoltosas em 19 de dezembro. (PEIXOTO 2005: 626).

⁴⁴ Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1635*, fl. 143.

Não obstante encontrarem-se maioritariamente representados, a geografia dos pobres assistidos na doença não se circunscrevia aos naturais da Península Ibérica. Vimos já os que integravam grupos que peregrinavam em direção a Compostela; outros procuravam a sorte bem longe da terra natal⁴⁵. Da maioria dos estrangeiros assistidos no hospital da Santa Casa apenas conhecemos a nação de origem. Em 1634, cinco franceses feridos foram tratados no hospital, tendo recebido no momento da alta médica um par de calções de picote⁴⁶. Flamengos⁴⁷ e ingleses⁴⁸ também aparecem com relativa frequência. Aos desprotegidos da vida a confraria procurava ampará-los na doença; quando se esgotavam as possibilidades de cura, conferia-lhes alguma decência na morte⁴⁹.

Estes atores configuravam aquele que poderia ser considerado o universo respeitável da pobreza observável na vila, ou seja, aqueles que eram considerados como os pobres merecedores do gesto caritativo. Eram personagens ativas no trato da salvação. Contudo, não eram os únicos que arribavam. A perspectiva de dinheiro fácil e “vida airada” potenciavam, igualmente, a chegada de grupos marginais da sociedade, olhados com escassa condescendência pelos poderes locais. De entre esses, havia um particular cuidado com as mulheres classificadas de «vadias e de mau viver»⁵⁰, sendo acusadas de se dedicarem a roubos e «velhaquarias»⁵¹, conforme se referia, em abril de 1630, numa ata da vereação municipal. O poder concelhio elaborou sucessivas posturas tendentes a atalhar ao que era considerado como um perigo, o que revelava a importância do fenómeno pela inscrição nas suas preocupações mais imediatas, mas também denotava o reduzido alcance de tais decisões.

Em várias deliberações camarárias identificámos essa atenção à conduta de algumas mulheres, essencialmente as que ousavam afastar-se do comportamento esperado⁵². Acusações de alcovitaria e encobrimento de roubos, eram as razões determinantes para

⁴⁵ Oracio de Sestro era italiano e beneficiou do estatuto de «pobre da casa». Foi assistido no hospital, mas acabou por falecer, sendo sepultado pela Santa Casa, organizando-lhe um funeral no chamado leito dos pobres. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1588*, fl. 41v.

⁴⁶ Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1634*, fl. 92.

⁴⁷ Em 1612, Abrim Roiz, flamengo, marido de uma mulher que era identificada como a “china”, foi enterrado no cemitério da Casa por ter morrido no hospital. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1612*, fl. 213.

⁴⁸ Em 1628 morreu no hospital e foi enterrado no cemitério da Casa «hum Inglês a quem não sabemos o nome». Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1628*, fl. 77v.

⁴⁹ Em 1529, foi realizado o funeral de um francês «que cayo da forqua». Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1519*, fl. 50v.

⁵⁰ Cf. Arquivo Municipal de Viana do Castelo, doravante AMVC, *Livro de acórdãos da Câmara 1630*, fl. 20.

⁵¹ Cf. AMVC, *Livro de acórdãos da Câmara 1630*, fl. 20v.

⁵² Idêntica preocupação tinha a Câmara de Ponte de Lima. Em 1582 deliberou que as mulheres de má conduta fossem enviadas para o arrabalde da vila. (ARAÚJO 2000: 352).

que numa reunião de Câmara, em 1595, fossem apreciadas medidas contra as mulheres solteiras da vila que abandonavam as casas onde serviam⁵³.

Neste mosaico vivo de gentes que procuravam o auxílio da Santa Casa não encontramos nos seus registos elementos que nos permitam identificar práticas discriminatórias na assistência disponibilizada.

Na verdade, em repetidas ocasiões encontramos identificados movimentos de assistência a grupos minoritários e desde sempre marginalizados na sociedade, nos quais se incluíam negros⁵⁴, ciganos⁵⁵, muçulmanos⁵⁶, ou mesmo homens que eram identificados como pertencendo a alguma igreja reformada⁵⁷.

Fosse nas esmolas de roupa, no apoio aos presos, na assistência hospitalar ou na disponibilização de serviços funerários⁵⁸, encontramos exemplos que documentam esta prática.

Integrando os pobres de passagem na atividade corrente das suas práticas de caridade, a Santa Casa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima também marcou, por esta via, uma participação ativa na história da localidade num período alargado de tempo, marcado pelo apogeu da participação na expansão marítima de Portugal, seguida de tempos de menor fulgor e de evidente contração na atividade económica da localidade.

⁵³ Cf. AMVC, *Livro de acórdãos da Câmara 1595*, fl. 47.

⁵⁴ Em 1614 foi registada uma esmola de quarenta réis a uma doente que era identificada como sendo «a lazara mulata». Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1613*, fl. 58.

⁵⁵ Em 1653, a confraria tratava do livramento de Francisco Rodrigues, um preso cigano que fora levado para o Porto. Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1653*, fl. 215.

Dois anos depois, numa lista de doze presos que obtiveram a liberdade graças à intervenção da Santa Casa, encontrava-se um cigano. *Livro de Receita e Despesa 1655*, fl. 215.

Em 1657, foi obtida a libertação de mais um cigano. *Livro de Receita e Despesa 1656*, fl. 215.

Vários diplomas dos séculos XVI e XVII procuram regulamentar a atividade dos ciganos, integrando-os nos grupos dos falsos mendigos e vagabundos em geral. Sobre algumas destas medidas leia-se (ABREU 2007: 113-116).

⁵⁶ Em 1661, no grupo dos presos libertados, e que constavam do rol da Misericórdia, estava incluído Francisco de Santo António, que era classificado como sendo «mouro bautizado». Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1660*, fl. 226.

⁵⁷ Em 1759, o tesoureiro gastou mil e duzentos réis para ajuda de um vestido dado a um homem que foi identificado como sendo Christiano Ludovice, justificando-se a esmola por o mesmos se «ter reduzido á nossa santa fé». Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1759*, fl. 112v.

⁵⁸ Em maio de 1609, realizou-se o funeral de um pobre estrangeiro cigano que falecera no hospital da confraria Cf. ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1608*, fl. 108.

Bibliografia

ABREU, Laurinda. *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage Editores, 1999.

ABREU, Laurinda, ed. lit.. *Asistencia y caridad como estrategias de intervención social: Iglesia, Estado y comunidad (s. XV - XX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2007.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI - XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa [etc.], 2000.

CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela. *Viana do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

CARDOSO, José. *O IV concílio provincial bracarense e D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Braga: Publicações da APPACDM Distrital, 1994.

CORREIA, Fernando da Silva, ed. lit.. *Do compromisso da confraria da Sancta Caza da Misericórdia de Lisboa fundada pela rainha D. Leonor de Lencastre*. Caldas da Rainha: Tip. Caldense, 1929.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *L'émigration portugaise (XV-XX siècles)*. *Revista de história económica e social*. Nº 1 (1978).

LOPES, Maria Antónia. *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra 1750-1850*. Viseu: Palimage Editores, 2000. vol. II.

LÓPEZ, Miguel Luís; MUÑOZ, Guadalupe. *Hospitales en las iglesias de patronato regio en la Edad Moderna: las diócesis del reino de Granada*. In ABREU, Laurinda, ed. - *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI - XVIII)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

MAGALHÃES, António. "A pompa e a inovação": a Misericórdia de Viana da Foz do Lima e os conflitos com as confrarias dos mareantes (1523-1623). In *CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, TERRITÓRIOS, CULTURAS E PODERES – Actas*. Braga: Núcleo de Estudos Históricos - Universidade do Minho, 2007. vol. II.

MEDEIROS, João Luís. *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo – funcionamento e património (das origens a meados do século XVII)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2003. Tese de mestrado.

MENDONÇA, Manuela. *Albergarias e hospitais de Portugal de quatrocentos*. *Revista de Ciências Históricas*. Nº 11 (1996)

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média*. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Nº 3 (1986).

OLIVEIRA, Aurélio de Araújo. *Contribuição para o estudo das revoltas e motins populares em Portugal durante a Época Moderna – as sublevações de Viana do Castelo em 1636*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979. Trabalho complementar apresentado à Faculdade de Letras do Porto para o acto de doutoramento em História Moderna e Contemporânea.

PEDROSA, Fernando Alberto Gomes. *Marinheiros galegos em Portugal*. In *III Colóquio e dia da história militar - Actas*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1992

PEIXOTO, A. Maranhão. *Fortaleza ou Castelo de Santiago da Barra*. In, CAPELA, José Viriato, coord. - *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas memórias paroquiais de 1758. Alto Minho, história e património*, Braga: Casa Museu de Monção - Universidade do Minho, 2005.

REIS, António Matos. Viana em 1517 – urbanismo, demografia, sociedade. Estudo da finta para a construção da ponte da Ajuda, sobre o Guadiana. *Estudos Regionais*. Nº 15 (1994).

ROCHA, Manuel Inácio Fernandes da. O Alto Minho e as peregrinações a Santiago de Compostela. *Estudos Regionais*. Nº 13/14 (1993).

SÁ, Isabel dos Guimarães. *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros do Horizonte, 2001.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1982. 2ª ed.

SOUSA, Frei Luís. *A vida de dom frei Bertolomeu dos Mártires*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.

Fontes manuscritas:

Arquivo Municipal de Viana do Castelo (AMVC)

AMVC, *Livro de acórdãos da Câmara 1595*

AMVC, *Livro de acórdãos da Câmara 1630*

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo (ASCMVC)

ASCMVC, *Bullario*.

ASCMVC, *Índice dos Acordans dos livros desta Caza da Sta Miz. da Villa de Vianna des de o anno 1559 thé presente anno de 1743*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1545*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1565*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1570*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1572*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1583*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1584*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1586*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1588*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1590*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1591*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1594*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1606*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1607*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1608*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1610*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1612*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1613*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1614*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1627*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1628*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1634*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1635*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1653*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1655*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1656*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1716*

ASCMVC, *Livro de Receita e Despesa 1759*

ASCMVC, *Livro de Testamentos (1540-1824)*

ASCMVC, *Livro dos acordos desta Santa Casa da mesericórdia da villa de Vianna em o qual se excrevem todos assentos pertencentes he o bom governo desta Santa Casa que principia a servir no primeiro mês de Junho de 1720*

ASCMVC, *Mareantes, pasta 7, maço 104*

Fontes impressas:

COMPROMISSO *da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1619

SILVA, José Justino de Andrade e - *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza 1648 - 1656*. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1856.

